



## Destaque Semanal

### Pan-Africanism

Pan-Africanism refers to the conviction that all Africans and descendants of Africans in the diaspora share a common history, common interests and, ultimately, a common fate which thus(...)

**Jihan El-Tahri**

## Produção

Hugo Dias

Publicado em 2019-04-15

Imbuídos pelo Espírito das Luzes, Jean d´Alembert e Denis Diderot, editaram, entre 1751 e 1772, a Enciclopédia, ou dicionário racional das ciências, artes e profissões. O projeto desta obra era o de difundir o novo conhecimento resultante do nascente compromisso com a capacidade humana de, por via da Razão, e prescindindo de princípios explicativos baseados em dogmas teológicos, poder conhecer o mundo natural mas também o mundo dos homens. A obra organizava o conhecimento humano, seguindo a classificação de Francis Bacon na obra *O progresso do conhecimento*, datada de 1605, em três ramos principais: História (memória), Filosofia (Razão) e Poesia (Imaginação).

De acordo com a organização das estruturas de conhecimento prevalecente na época, o estudo dos usos da natureza - artes, ofícios e manufacturas – faziam parte do campo da história ou da memória. Por outro lado, é na Filosofia, cada vez mais autonomizada da Teologia, onde se desenvolvem os esforços sistemáticos de produção de conhecimento, divididos entre as ciências naturais e as ciências do homem. Dentro destas últimas, a “Filosofia Moral”, definida enquanto a “ciência do bem e do mal em geral, dos deveres, da virtude, da necessidade de ser virtuoso”, abarca ainda a economia e a política, que se dedicam ao estudo do comércio interno e externo, terrestre e marítimo.

Não será portanto por acaso que, no mesmo ano em que a Enciclopédia começa a ser publicada, Adam Smith tenha assumido, na Universidade de Glasgow, a cátedra de Filosofia Moral. A Economia Política, enquanto área de conhecimento específica, com um objeto de estudo claro e delimitado, só surgirá com a publicação, em 1776, de *Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*.

De onde é proveniente a riqueza? Como é produzido o valor? Estes temas tornar-se-ão crescentemente centrais na reflexão de diferentes autores e doutrinas económicas. Enquanto que os Mercantilistas associam a “riqueza nacional” à acumulação de metais preciosos, através da atividade mercantil e da geração de saldos comerciais positivos; para outros, a riqueza necessita de ser fabricada e não resulta de um mero processo de intermediação comercial. William Petty, no seu Tratado Sobre Impostos e Contribuições de 1662, dirá que “(...) o trabalho é pai e princípio ativo da riqueza, da mesma forma que as terras são a sua mãe”. Posteriormente os Fisiocratas, como Quesnay, afirmarão que é a terra a única fonte de riqueza – ou fator de produção – enquanto que a economia clássica – e a crítica de Marx - tornará o trabalho na única fonte de valor ou mais-valia.

A partir deste momento a Escola Clássica da Economia Política colocará a Produção – termo com origem no latim *productio*, que significa “fazer aparecer”, criar, fabricar – no centro da reflexão económica. O Modo de Produção Capitalista estabelecerá um novo conjunto de relações de produção – propriedade privada dos meios de produção e trabalho livre assalariado - e permitirá um salto quantitativo no desenvolvimento das forças produtivas. Na empresa capitalista ocorrerá o processo produtivo, uma combinação de fatores de produção, em particular de trabalho, num processo técnico que permitirá transformar um determinado objeto, num outro objeto, agregando-lhe valor.

O predomínio da racionalidade da modernidade ocidental no campo económico engendrou uma forma específica de monocultura – dos critérios de produtividade capitalista – assente na lógica produtivista. A ciência, enquanto expressão máxima da racionalidade cognitivo-instrumental, converte-se numa força produtiva poderosa vinculada ao mercado e em função da acumulação capitalista (Santos, 1994). A crença nos livres mercados e no crescimento ilimitado da produção tornar-se-á no critério único de medida da riqueza de uma nação e do bem-estar das suas populações. Esta submeteu trabalho e terra – duas das mercadorias fictícias Polanyanas – aos imperativos de acumulação de capital, classificando formas alternativas de produção que privilegiam o valor de uso em relação ao valor de troca enquanto improdutivas.

A monocultura da produtividade capitalista, concentrada mais com a produção do que com a distribuição, produzirá também outros processos de subalternização e de invisibilização. Por um lado, do trabalho reprodutivo, predominantemente exercido por mulheres, ao qual não será atribuído qualquer valor económico. Por outro, à própria natureza finita dos recursos ambientais que coloca entraves à lógica do crescimento ilimitado. O desvelar de algumas destas formas de invisibilização obriga naturalmente a reequacionar as formas hegemónicas como as sociedades contemporâneas têm concebido, mensurado e organizado a produção e a distribuição de riqueza e à procura de novos caminhos para o desenvolvimento económico e social.

#### **Referências e sugestões adicionais de leitura:**

Hunt, E. K.; Lautzenheiser, Mark (2013), *História do Pensamento Económico – Uma perspectiva crítica*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Santos, Boaventura de Sousa (1994), *Pela Mão de Alice – O Social e o Político na Pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (2002), “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 237-280.

**Hugo Dias** é doutorado em Sociologia pela Universidade de Coimbra e Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Brasil). É investigador do Centro de Estudos Sociais - Núcleo de Estudos sobre Políticas Sociais, Trabalho e Desigualdades - e do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) da Universidade Estadual de Campinas.

#### **Como citar**

Dias, Hugo (2019), "Produção", *Dicionário Alice*. Consultado a 27.05.19, em [https://alice.ces.uc.pt/dictionary/?id=23838&pag=23918&id\\_lingua=1&entry=24837](https://alice.ces.uc.pt/dictionary/?id=23838&pag=23918&id_lingua=1&entry=24837). ISBN: 978-989-8847-08-9

7